

O realismo histórico de Oliveira Martins

Ana Luiza Marques Bastos

(pós-doutoranda FAPESP/Cátedra Jaime Cortesão-
USP)

Resumo. Este artigo apresenta o objeto de minha pesquisa de pós-doutorado, intitulada “Oliveira Martins e o caráter dramático da história”, recém-aprovada pela FAPESP e integrada à Cátedra Jaime Cortesão/USP. No projeto propõe-se a análise da obra de Joaquim Pedro de Oliveira Martins no campo da cultura histórica oitocentista. Tendo por hipótese de trabalho que seu reconhecimento do caráter essencialmente dramático da história, implica o preenchimento do vazio do presente pela expectativa não realizada de passado. Algo que vem a fundamentar o futuro da história de Portugal. Nesse sentido, a escrita da história, em sua produção intelectual mais extensa, articula o caráter messiânico do realismo de fundo romântico com o juízo crítico do valor da história de Portugal, no firme propósito de distingui-la no quadro geral da história européia.

Palavras-chave: Historiografia, Portugal, Século XIX

Abstract- This article presents the object of my post-doctorate research, entitled “Oliveira Martins and the dramatic character of history”, which was approved by FAPESP and integrated into the Cátedra Jaime Cortesão/USP. In the project I intend to do the analysis of the work of Joaquim Pedro de Oliveira Martins in the area of the nineteenth-century historical culture. Having as work hypothesis that his acknowledgement of the essentially dramatic character of history implies the completion of the emptiness of the present by the not realized expectation of past. Something that comes to substantiate the futur of the history of Portugal. In this way, the writing of history links, in his more extensive intelectual production, the messianic character of the realism of romantic base to the critical judgment of the value of the history of Portugal, aiming to distinguish it from the general frame of the European history.

Key-words: Historiography, Portugal, Nineteenth century

O Portugal Contemporâneo “é um livro de História, conforme eu entendo que a História se deve escrever, como quem escreve um drama.”¹

Oliveira Martins enaltecera, nas primeiras linhas do *Portugal Contemporâneo*, a raridade de um livro cujo caráter de verdadeiro firmava-se no isolamento e na independência própria ao que “trabalha por amor da História” e obedece à razão tal qual os artistas à estética. Apresentar-se-ia então uma “pintura realista” da sociedade portuguesa no século XIX, pela qual também se promoveria uma autêntica inovação: “a negação do liberalismo individualista como fórmula definitiva e adequada à constituição das

sociedades”.² Envaidecia-lhe, sobretudo, a possibilidade de fazer de seu “livro de História”, simultaneamente, a narrativa do drama particular à nação e ato de crítica ao caminho seguido pela civilização européia.

Atentemos, inicialmente, para a influência da obra de Oliveira Martins na formação do português. Antônio Sérgio afirmou que entre os anos de 1880 e 1900, os livros *Portugal Contemporâneo*, *História da Civilização Ibérica* e *História de Portugal* foram lidos “sofregamente” pelos jovens que vieram a fundar a República portuguesa de 1910. No prefácio da coletânea *Dispersos* de Oliveira Martins, ele chega mesmo a sentenciar: “compreendê-lo é compreender-nos, porque está nele como que o germe – e mais [do] que o germe – do estado de espírito que nos caracteriza...”.³ Sentença corroborada, décadas depois, pelo prefácio de Eduardo Lourenço à coletânea dedicada ao *História de Portugal*, no qual Oliveira Martins nos é apresentado, na condição de “realidade cultural e histórica”, como a chave para a compreensão do século XIX em Portugal.⁴

A preocupação de Oliveira Martins para com a formação dos portugueses pode ser notada no projeto da Biblioteca de Ciências Sociais, iniciado em 1879, do qual fazem parte os títulos acima citados. Ainda que a Biblioteca visasse à formação básica dos estudantes, furtando-se a intenções mais eruditas, é fato que as obras que a compõem ultrapassaram em muito o ambiente escolar. Entre os vários títulos publicados para a Biblioteca, destacamos, por enquanto, o “Teoria da História Universal”, introdução às *Tábuas de Cronologia e Geografia Histórica*. Entendemos que a teorização da história universal por Oliveira Martins edifica o “caráter dramático da história” a partir da aproximação entre a noção de desenvolvimento orgânico das sociedades humanas e a “soma indeterminável dos acidentes” ou o “fortuito”. Algo que, afinal, veio a servir às reflexões quanto ao valor da história de Portugal no quadro geral da história da civilização européia.⁵

Para Oliveira Martins, as “paixões dos indivíduos” correspondiam à “personalização simbólica da sociedade”. E assim sendo, o “caráter dramático da história” antes provinha da soma entre os princípios de desenvolvimento orgânico das sociedades e o “fortuito” ou acidental da história.⁶ O drama próprio ao encontro do orgânico com o fortuito veio a ter função intrinsecamente dinâmica e imanente, justo porque a “história encontra os homens dispersos sobre a terra” e o mundo só pode ser concebido “como um ser que caminha, e caminhando progride”.⁷ A história universal foi então teorizada como um processo, no qual

as sociedades dispersas pela terra obedeciam “a um tipo que reveste várias formas”, “no seu desenvolvimento particular orgânico”, sem que o homem, contudo, tenha jamais deixado de cumprir as leis da propagação e da apropriação.⁸

Embora a “*história universal*” não fosse redutível a um sistema, sendo mesmo “absurdo” querer construí-la “cientificamente”, Oliveira Martins conseguiu encontrar, por detrás da “idéia de história universal sistemática”, a “intuição de uma verdade”: a “lei zoológica da seleção” fez da “raça ariana” a mais eminente entre todas as “colméias humanas” dispersas pelo mundo. E, no “caminho épico” de expansão mundial dessa raça, ele pôde mesmo destacar dois domínios, o dos russos e ingleses no Oriente e na África, e, o dos “Hispano-Portugueses”, “colonizadores e descobridores de outros tempos”.⁹

Na concepção de história composta por Oliveira Martins, drama, caráter dramático, história universal ou caminho épico da raça ariana são antes atributos conceituais que servem para dar sentido às ações humanas, às experiências, enfim, à realidade em geral vivida por uma mesma civilização. Ocorre que o valor semântico da “Teoria da História Universal” determina-se pelo princípio de tensão. As “invenções racionais do homem”, que dizem respeito tanto à “casa” e ao “túmulo”, quanto aos deuses, às leis e aos mitos, estão em constante tensão com a história, como “tempo” ou “ambiente” cujas estranhezas impossibilitam qualquer homogeneização ou sistematização científica. Os “temporais da história” que fazem nascer ou morrer impérios, tornando o “mapa do mundo tão variável”, e que não podem ser previstos, formam-se mediante o desafio que a estranheza da história impõe à capacidade racional dos homens. O sentido ou o valor semântico da teoria para as ações humanas não é algo dado, mas construído mediante o princípio de tensão, aquém do qual só “podemos coligir e reunir, como um repositório, os fastos conhecidos das histórias das diferentes sociedades humanas”.¹⁰ Por isso, escreveu Oliveira Martins:

O poder e a grandeza das nações dependem, pois, de encontrarem uma forma de organização *adequada ao seu temperamento* e originalmente *apropriada ao seu tempo*. Uma grande nação é forçosamente uma constituição original.¹¹

Lembre-mos do estudo de R. Koselleck sobre o conceito moderno de história. Ele nos esclarece que o conceito foi construído em fins do século XVIII e início do XIX, e que produziu “um excedente de legitimação para toda experiência feita e ainda a fazer”. O excedente de legitimação possibilitou, afinal, que cada ação pudesse ser “tomada como uma ação para a história, por uma história que confere um fim a toda ação e um sentido a todo

sofrimento”. O primeiro passo na direção desse excedente foi dado pelos tratados de metodologia do Iluminismo, que, ao conceberem a ‘histoire en tant que telle’, permitiram que a ‘história em si e por si’ pudesse vir a “ser pensada sem que um sujeito” lhe fosse atribuído. A ‘história enquanto si mesma’, concebida pela filosofia do Iluminismo, no entanto, só ultrapassou “a soma de todos os fatos” porque buscou a “lógica histórica” na “realidade dos personagens e dos eventos”. Para Koselleck, a exigência de abstração dos motivos que fizeram um fato vir a ser tal como nos parecem ser objetivamente, ou seja, a determinação da lógica dos fatos na realidade dos eventos, impulsionou o crescimento do “fim realista original da história” levado a cabo pela escola histórica alemã no século XIX. Nesses termos, a conformação do coletivo singular, que englobou as histórias particulares, foi concomitante ao reconhecimento da história como sujeito de si mesma, suficientemente autônoma para comandar a “organização de sua representação”.¹²

Ora, os indivíduos na história como drama não são sujeitos da história, mas sim a “personalização simbólica” de uma sociedade que se eleva sobre as demais por ter a organização mais “adequada” ao seu “temperamento” e estar “originalmente apropriada ao seu tempo”. Em Oliveira Martins, a história é drama por *mimesis*, ou seja, porque a apresentação escrita que busca mais do que a coleção de fatos conhecidos, imita o modo pelo qual imaginamos que as coisas vieram a ser como são. Assim, o desafio que a estranheza da história impõe à capacidade de racionalização dos homens, pode mesmo corresponder à demanda filosófica própria ao conceito moderno de história. Se, como observa Koselleck, a consolidação do conceito veio a promover uma lenta transformação dos historiadores em filósofos, por eles terem passado a buscar a verdade por meio do “teor realista autêntico e complexo” da história, reforçando assim “sua pretensão própria à verdade.” Nem poderia ser diferente, se a concepção de história criada pelo Iluminismo findou no conceito de ‘história em geral, i.e. de uma história que não é mais derivada’, e sim “um agente do destino humano ou do progresso da sociedade”.¹³

Fernando Catroga afirma que, para Oliveira Martins, a escrita da história corresponde ao estudo do passado em conformidade com os estágios da “evolução das sociedades”. O estudo das sociedades na fase de ‘agregado’ natural e orgânico não podia ultrapassar a “narração dos fatos e a descrição das condições do meio”. Em sociedades mais conscientes era possível “reconstruir ‘a concatenação sistemática das instituições, dos costumes, dos

movimentos de classes””. Entretanto, somente quando as sociedades passavam a encarnar a vontade dos indivíduos, o historiador poderia ‘buscar aos caracteres e às biografias’, nos quais se consubstancializam a história como drama. A evolução da historiografia precisava, portanto, espelhar a evolução social de agregado, organismo e individualização. Assim, segundo essa evolução, o *Portugal Contemporâneo* caracteriza-se pela narrativa da individualização da sociedade portuguesa, na qual, sob o “signo do drama”, a história é contada como tragédia em que “*personagens-símbolo*, acontecimentos, natureza” e ordem temporal cumprem o plano onde os atores têm a ilusão de intervir.¹⁴

Retornemos ao *Portugal Contemporâneo*, mais precisamente às Explicações acrescentadas à segunda edição. Objetivava-se responder tanto à crítica de Teófilo Braga, que considerou a obra “um quadro pitoresco” sem uma ‘linha lógica’ que fundamentaria a “tradição revolucionária de 20”, quanto à acusação do autor ser um pessimista. Para Oliveira Martins, os acontecimentos de 1820 decorreram dos “males sociais” legados pela História e “da influência deprimente e desorganizadora das teorias do naturalismo individualista, herdado da filosofia do século XVIII e popularizado pela Revolução Francesa”. Teorias que “vieram terminar afinal no materialismo prático” dos ‘melhoramentos materiais’. Quanto à acusação de ser uma “criatura pessimista”, escreveu: “concordo que a atitude é desagradável, mas, *na minha missão de crítico, não posso alterar a significação dos fatos...*” No primeiro caso, ele se nega a atribuir caráter ‘lógico’ ou necessário aos acontecimentos de 1820; no segundo, insiste na importância da “significação dos fatos” para o momento presente. Penso que a “missão de crítico” correspondia à identificação do princípio evolutivo comum à civilização européia, simultaneamente refletido na particularidade da nação e na complexidade e extensão do continente, o que, afinal, orientava ou ditava o significado ou o sentido dos fatos. A missão, contudo, versava não somente descrever como os acontecimentos vieram a ser tal qual se vivenciou, senão apresentar as escolhas feitas, realizadas ou não. De fato, Oliveira Martins nem supervalorizava o presente, nem glorificava o passado, antes incitava as expectativas de futuro pela apresentação da realidade:

Ora eu desafio quem quer que seja a provar-me o nosso progresso intelectual e moral. Eu vejo – não vêm todos? – uma decadência no caráter e uma desnacionalização na cultura.¹⁵

Embora negasse quaisquer “ambições a curandeiro”, a citada Explicação foi encerrada com tom irado. Exigia imperativamente a moralização da administração, a extirpação do “parasitismo”, o controle das finanças e da cobrança de impostos, o amparo à navegação e à indústria. Pedia, sobretudo, a restauração das “forças econômicas de uma nação adormecida e o vigor moral de um povo atormentado”.¹⁶ O objeto por excelência das ambições do historiador é a atualidade, que não passava de momento e ambiente no qual a história vem a ser solicitada como realidade. Se não fora reconhecido qualquer elemento externo ao processo ou ao princípio evolutivo social, no qual os indivíduos (humanos ou sociais) serviam apenas quando adequados à sua execução ou realização e, enfim, onde o fortuito não desqualificava o acontecimento histórico, antes acirrava o atributo dramático. E, nesses termos, no presente dá-se tudo quanto foi escolhido e não realizado, logo, tudo quanto ainda poderia ser feito. O historiador que adquiriu a tarefa de buscar a verdade nos fatos, na pessoa de Oliveira Martins, passou a ser também parte da história, ao preencher o vazio presente de aspirações de futuro, a exigir novas visões através do destaque de conteúdos do passado.

Para Koselleck, o conceito oitocentista de história não conserva a “utilidade pragmática”, que dizia respeito à elaboração dos “elementos do passado” para o presente, mas passou a ter a utilidade de, nas palavras de Humboldt, ‘vivificar e afinar o sentido de tratamento da realidade’. Em “linguagem moderna”, isso se traduz em que “existem estruturas formais que se mantêm através dos eventos”. Ainda que nenhuma crítica tenha suplantado o “caráter singular das forças e das Idéias se auto produzindo a partir de si mesmas”, pela atividade crítica se estabeleceu a medida da mediação feita entre o presente e o passado. “A crítica consiste em ligar em conjunto a objetividade da história e seu tratamento subjetivo” (eventos, relato e conhecimento), na condição do ‘processo histórico externo’ se justificar como ‘processo espiritual’ no qual o homem alcança o “conhecimento de sua essência”.¹⁷

Pensemos a atividade crítica no ofício de historiador a partir da definição de R. G. Collingwood para o “método da crítica filológica”. Desenvolvido pelos historiadores do século XIX, tal método consiste em duas operações: a “análise de fontes”, pela qual se distingue a proximidade e a distância temporal das fontes ou testemunhos e se são dignos de confiança; e, a “crítica interna”, pela qual é mostrado “como o ponto de vista do autor

afetava o seu modo de apresentar os fatos”.¹⁸ Portanto, a crítica relaciona a objetividade do fato, quando estabelece os componentes do que seja real na fonte, à subjetividade do narrador, quando investiga seus interesses, afetos e ideologia, no ato de escrever ou testemunhar um fato. Em ambas as operações, trata-se da fixação de fidedignidade, ou seja, do que seja digno de ser tomado por fiel ao vivido. Mas o vivido interessa apenas se serve ao conhecimento do que é presente. A crítica visa a ultrapassar o estudo do passado pela fixação da ciência do que está acontecendo, e assim abrir o campo das especulações de futuro. Como E. Auerbach atestou na obra de Balzac, ter o “presente como história”, i.e, “o presente é algo que ocorre surgindo da história”, significa ter um instrumento para encarar a realidade.¹⁹ A história como conceito reflexivo, coletivo singular significante dos fatos vividos e a viver, tornou-se o instrumento pelo qual se enfrenta a realidade, em um tempo que se diferencia pela aceleração expressa na noção de progresso, nas revoluções, nas inovações técnicas como a máquina a vapor, o trem e a fotografia, enfim, na produção em fábricas e na riqueza sustentada pela circulação financeira.

Em Oliveira Martins, o caráter dramático da história esteia a educação crítica dos indivíduos a partir da realidade, o que bem se exemplifica na carga pedagógica que atribuiu à crise financeira de 1890-91, lida na última Advertência ao *Portugal Contemporâneo*. Para ele, coroava-se então um momento de reflexão, experimentado em duas outras crises da nação: a do último terço do século XVII (a época de lutas que findam na Restauração de 1640) e a da primeira metade do século XIX (os anos de conflito que vão de 1820 ao governo da Regeneração em 1851). Foram duas oportunidades para os portugueses questionarem se possuíam recursos suficientes “para subsistir como povo autônomo”. Em ambas, contudo, optou-se por “tábuas de salvação”: no século XVII, as minas de ouro e diamantes do Brasil, e depois, no século XIX, foi a “expansão do capitalismo” que propiciou a Portugal volumosa riqueza (em ouro) através de empréstimos. A opção pela salvação externa significava, no passado e no presente, que “o sebastianismo tomava outra forma” a cada crise. Somente a busca por meios próprios de sustento proporcionaria aos portugueses o aprendizado histórico que, simultaneamente, os afastaria do ranço messiânico e os abriria para a conduta prática e auto suficiente dos tempos modernos. Se as metamorfoses do sebastianismo espelhavam a decadência da nação nos últimos três séculos (XVII, XVIII e XIX), restava então tentar o que ainda não tinha sido realizado. Por

consequente, a educação própria à “missão do crítico” soprava, na pior das hipóteses, o caminho que não servia mais.²⁰

Antônio José Saraiva e Oscar Lopes, no *História da Literatura Portuguesa*, destacam que a geração de 1870, educada no ideário liberal ainda que abstratamente, estava demasiado aberta aos acontecimentos e às idéias correntes pela Europa. Formaram-se sob um sistema de governo liberal, no qual as instituições parlamentares funcionavam regularmente, sustentado na ideologia progressista (estritamente identificada a melhoramentos materiais). Todavia não existia equivalência entre os ganhos das novas instituições liberais e o nível de desenvolvimento técnico, econômico e social do país. Os jovens estudantes, principalmente os de Coimbra, cidade ligada à rede ferroviária europeia a partir de 1864, conviviam com as exigências ideológicas da sociedade progressista e liberal e com os padrões sociais portugueses, ainda distantes daqueles vividos em Londres, Paris, Viena. O descompasso entre a vida em Portugal e as idéias e condutas vistas nas capitais industrializadas, fez com que Antero de Quental, Eça de Queirós e Teófilo Braga exaltassem as leituras e os acontecimentos europeus, que tomaram ora por instrumento de mudança, ora por exemplo a ser seguido por Portugal.²¹

Oliveira Martins se mostrou, diversamente dos demais, tanto mais ciente das “circunstâncias nacionais” que o condicionavam.²² Ele não se distanciou do anseio contingente de integração de Portugal ao ritmo de desenvolvimento espiritual e material da Europa industrial, burguesa e capitalista, mas o fez aprimorando a tradição portuguesa de denúncia das “circunstâncias nacionais” pela aplicação de novas teorias sociais. De modo algum podemos nos iludir de que estivesse só na empreitada de modernização de Portugal, porém, no seu caso ocorreu uma aproximação conceitual e crítica que findou por influenciar a maneira de pensar e escrever a história nacional. Algo que pode mesmo ser associado à sentença de Eça de Queirós sobre as suas biografias: um *reaportuguesar* Portugal.²³

Desde 1820, intelectuais, artistas e políticos portugueses, viviam o “agudo sentido da decadência” e, simultaneamente, o desejo de “restaurar a antiga grandeza de Portugal”. Restauração que tinha por fonte de inspiração e modelo, o império português do quinhentismo.²⁴ Até meados do século, segundo José-Augusto França, aconteceu justo o esforço de construção de um ‘país legal’ que somasse os valores do ‘país real’ a certa

‘maneira de sentir’ própria à época. Tratava-se, então, da consolidação da nova ordem liberal, capitalista, industrial e burguesa e “da nova sensibilidade romântica”, em Portugal.²⁵ Acrescente-se ainda que, para Fernando Catroga, a literatura e a história de inspiração romântica das primeiras décadas do oitocentos, adveio dos sofrimentos e vivências de poetas e historiadores da Revolução Liberal e de suas lutas (e exílios). Isso explicaria, em parte, a dedicação dos românticos portugueses à empreitada de ‘refundar a nação’, por consideração da necessidade de “se nacionalizar a cultura”.²⁶ Diz-se em parte, porque o romantismo, uma vez que tenha feito a oposição ao universalismo da razão iluminista, caracterizou-se precisamente pela atenção atribuída ao pitoresco, ao popular, às tradições de um povo. Sem contrariar o atributo particularista e mesmo historicista do movimento romântico de início dos oitocentos, a historiografia formada no vintismo teve Portugal por tema central. Nas palavras de Catroga: “importava captar, na sua pureza, a índole da ‘alma nacional’”, o que “passava pela apreensão das suas ‘origens’, comumente elevadas a paradigmas judicativos do presente e do futuro”.²⁷

Os dois principais intelectuais românticos envolvidos na fundação da sociedade liberal e burguesa em Portugal são Almeida Garrett e Alexandre Herculano. As características que cada qual ressaltou nas tradições e na história nacionais vieram a se perpetuar nos trabalhos de fins do século, destacadamente, na chamada “geração nova” ou “geração de 70”.²⁸ A partir da intervenção intelectual e política de ambos, as coisas, costumes e usos de Portugal passaram a ter superior importância para se revolucionar a nação no sentido de modernizá-la. Uma modernização que significava tanto a produção de leis e padrões de conduta condizentes com o regime econômico capitalista e a ordem social burguesa, quanto a criação de obras dignas de educar a elite, num primeiro momento, e em seguida o povo, para a sociedade liberal industrial. Em todo caso, os poetas das primeiras décadas dos oitocentos preservaram a “inspiração arcádica”, que, segundo Hernani Cidade, paulatinamente impregnou a literatura portuguesa de “realismo”, ou seja, voltou “a atenção da literatura e da arte à realidade íntima e exterior, moral e física, pessoal e coletiva”.²⁹

Destaquemos a abordagem que Oliveira Martins fez do sebastianismo para melhor visualizarmos a dinâmica de continuidade, na construção da imagem de Portugal, entre os membros da “geração de 70” e os românticos da primeira metade do século. O sebastianismo para Oliveira Martins, como exposto anteriormente, diz respeito ao anseio ou

a expectativa dos portugueses por salvação, não a partir de seus próprios recursos, senão por alguma força exterior ou estranha à formação histórica da nação. A necessidade de ser salvo implica, evidentemente, o reconhecimento de uma situação crítica ou de crise nacional. No que diz respeito ao fato histórico desaparecimento do rei d. Sebastião (1578), a situação era a seguinte: o povo entregava-se à “esperança mística” ou ao “messianismo” enquanto d. Antônio (“um pseudomessias”) procurava na Europa o apoio que não obtivera entre os portugueses. Os profetas, Bandarra e Simão Gomes (o “sapateiro-santo”), “cantavam a epopéia do herói” que redimiria seu povo, e que, assim como o messias da Judéia, fundaria uma nova “era de redenção”. O sebastianismo tinha, então, de sublimar “o sentimento popular” em uma religião da humanidade. Porém isso não aconteceu, porque o “espírito português” não pôde “transfigurar a esperança e transcendentalizar a crença” como na Judéia. Nesses termos, nas palavras de Oliveira Martins: “manteve-se o caráter realista da lenda. D. Sebastião conservou-se um herói...” Os enganos e o passar dos anos, por impossibilitar a “existência real do homem”, transferiram a lenda para o campo do mito, na medida em que não a puderam sublimar em dogma.³⁰

Para pensarmos o sebastianismo como “uma prova póstuma da nacionalidade”,³¹ e a importância disso na figuração histórica da decadência nacional, precisamos ter claro duas heranças que Oliveira Martins acolheu: a voluntariedade na formação da nação, posta na interpretação da história de Portugal por Alexandre Herculano, e, a configuração do sebastianismo na peça teatral *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett.³² Sebastianismo e decadência são as chaves para compreendermos a dinâmica dramática ou histórica que Oliveira Martins usa para caracterizar o português e seu império. Ele considerava que o mesmo ato de vontade que fundou a nação, descobriu o novo mundo. Contudo, a exploração do novo mundo corresponderia à perpetuação da ‘esperança messiânica’, substanciada no sebastianismo, que transformou Brasil e África em fontes de sustento ou salvação de Portugal. Se, para Oliveira Martins, não existe drama ou história sem a tensão entre o fortuito e o necessário, uma tensão estática entre a prova póstuma sebastianismo, como ‘uma manifestação do gênio natural íntimo da raça’, e a interpretação de que a nação foi formada a partir da vontade de uns poucos homens, enraíza a excepcionalidade semântica da história de Portugal na história da civilização judaico-cristã européia.³³ Ao que se soma, na qualidade de contra-prova, a descrição da realidade como decadência.

Na peça teatral de Almeida Garrett, ambientada no século XVII, a clausura de d. Madalena e d. Manuel, *Frei Luís de Sousa*, a morte por vergonha da filha do casal e o desterro da memória de d. João significam que o mundo criado na promessa de retorno do desaparecido é algo distinto e estranho. De um lado, temos d. Manuel, o “bom português”, que não podia nem aceitar ser governado pelos espanhóis, nem tão pouco persistir no casamento com uma adúltera, e, por vontade, resolveu o primeiro problema pondo fogo em sua própria casa, e o segundo, enclausurando-se. De outro lado, temos d. João de Portugal, que, ao contrário de Ulisses (que também nomeou-se por Ninguém, para arditamente fugir de ser comido pelo Ciclope), não encontrou a esposa o esperando. Finalmente, temos d. Madalena, nome da pecadora arrependida da Bíblia, e não Penélope, a esposa devotada e fiel do mito homérico. E se nos atentarmos para o nome dos personagens, lembraremos que Manuel é o nome do rei apelidado de “O Afortunado”, em cujo reinado os portugueses conquistaram as costas orientais e ocidentais da África, a costa asiática de Ormuz a Macau, e se apossaram da costa ocidental da América; ao passo que João é o nome do iniciador da dinastia de Avis, que deu lastro às empresas comerciais marítimas, cujo último rei seria d. Sebastião. Ou seja, a peça de Almeida Garrett reverencia o mito homérico, mas dele se diferencia pelo acolhimento da mudança e do significado histórico que insiste em trazer à cena. É afinal um drama, história e não mito.³⁴

Em “O Sebastianismo”, lemos que o “espírito do português” não possuía os dotes do helenismo, cujo sistema de mitos, ao se encontrar com o judaísmo, auxiliou na constituição da civilização cristã.³⁵ Abramos um parêntese para nos lembrarmos de que a Inquisição foi estabelecida em Portugal em 1536 e de que Oliveira Martins inicia esse texto reconhecendo que a atmosfera de fins do século XVI estava adequada ao sentimento ou ao desejo de ser salvo pelo messias. Viviam-se em rezas, missas e procissões pelo retorno dos aprisionados em África.³⁶ Enfim, na condição de membros ativos da civilização cristã, os portugueses se deixaram influenciar intensamente pelo messianismo católico vindo do tronco judaico.

Nesses termos, o sebastianismo vem a ser prova póstuma da nacionalidade porque a história de Portugal, nas palavras de Oliveira Martins, “não é apenas um desenvolvimento orgânico ou impessoal: é uma sucessão de atos voluntários, de planos de estadistas.” Tratava-se de um sinal de mudança, expressão de um novo modo de sentir e pensar Portugal, pois, uma vez “tombado” o “edifício imperial” e desmantelado o “sistema de

idéias patrióticas” que, no séc. XIV, deram vida à nação, “a alma lusitana” fez do “lendário d. Sebastião um gênio, um espírito – e da sua história um mito”.³⁷ Apesar de ser tomado por realização inferior do “espírito português”, porquanto tenha enfraquecido a vontade coletiva que caracterizava o “sistema de idéias patrióticas”, o sebastianismo se alinhava muito bem à dinâmica de “expansão do espírito católico” nos séculos XVI e XVII.³⁸

Alexandre Herculano, ao investigar e determinar as condições de surgimento da nação, concluiu que faltaram a Portugal ‘a conveniência de limites territoriais, a identidade de raça, a filiação de língua’, propícias ao estabelecimento de ‘uma transição natural’ entre os ‘povos bárbaros, (incluindo os lusitanos)’ e o português moderno. Cumprindo a mesma dedicação de Herculano aos “antecedentes históricos da nacionalidade”, segundo F. Catroga, Oliveira Martins assentou a independência de Portugal ‘na vontade coletiva’.³⁹ Não por acaso, dando continuidade à noção de que o messianismo português perpetuou o tronco judaico da civilização cristã, especulou que “Portugal foi uma nação como a Judéia, e um império como Roma”.⁴⁰ Porque considerava que a nacionalidade se originara em um sentimento ou um anseio comum, não geográfico ou rático, conciliador dos indivíduos por vontade e não por necessidade, e que isso fora suficiente para tornar Portugal “um centro ou foco de onde irradia um poder dominador e explorador” tal qual Roma.⁴¹

Assim como Herculano, Oliveira Martins defendia a existência de “uma índole portuguesa”, mas ele não reconhecia o período medieval como o momento por excelência para vir a observá-la, e sim o período que corresponde à dinastia de Avis em Portugal e aos Descobrimientos (séculos XIV e XV).⁴² E por que esse período da história de Portugal? Primeiro, porque foi a época na qual, contrariando a geografia peninsular, transformou-se o condado portugalense em um reino independente. Segundo, porque, agora por apreço à condição de ser ‘onde a terra se acaba e o mar começa’, os portugueses se fizeram agentes enérgicos dos “interesses europeus”.⁴³ Ora, a geração de jovens dedicados a refletir sobre as condições nacionais, que chegara à cena nacional pelos anos de 1865, tinha por princípio, por um lado, regenerar a nação sob inspiração das obras de Almeida Garrett e Alexandre Herculano; e por outro, “ligar Portugal com o movimento moderno”. Contudo, era imprescindível, para o sucesso da empreitada regenerativa e modernizadora, “investigar como a sociedade é, e como ela deve ser”.⁴⁴

Na Introdução ao *História de Portugal*, Oliveira Martins escreve:

A *História de Portugal* consiste numa série de quadros, em que, na máxima parte das vezes, os caracteres dos homens, os seus atos, os motivos imediatos que os determinam e as condições e modo por que se realizam, merecem antes a nossa reprovação do que o nosso aplauso. [...] e por isso mais de um moralista tem condenado o estudo da história, como pernicioso para a educação. – Por outro lado, a *História da Civilização Ibérica* respira um entusiasmo otimista que, a primeiro exame, pareceria contraditório com o péssimo e mesquinho caráter que as ações dos homens apresentam. Um exemplo bastará para mostrar este antagonismo: além consideramos as conquistas americanas e asiáticas uma obra heróica, e agora veremos que montanha de ignomínias foi o império português do Oriente.⁴⁵

A devoção da “geração de 1870” à modernização da nação passava inevitavelmente pela educação, não por acaso, Oliveira Martins preocupou-se em mostrar que sabia das condenações morais sofridas pela história como fonte pedagógica. Mesmo Eça de Queirós já havia esclarecido, em sua conferência “O Realismo como nova expressão da arte”, que o ‘fim moral’ da arte era o dever de ‘corrigir e ensinar’.⁴⁶ O perigo do “estudo da história” cessa de ser nocivo à educação, senão na confiança de que a “série de quadros” dos caracteres, ações, motivos e modos de agir dos indivíduos espelham “uma obra heróica”. Tratava-se, por conseguinte, da coordenação de sínteses interpretativas dos fatos, cujo sentido estava posto na totalidade da história da civilização. Fosse descrita quer a realidade contemporânea, a exigência de Eça de Queirós de que se tomasse ‘a matéria na vida contemporânea’;⁴⁷ quer a realidade passada, a dolorosa constatação de Antero de Quental de que “gememos sob o peso dos erros históricos”.⁴⁸

A contradição entre o ar pessimista da “série de quadros” e o otimista da totalidade de sentido que coordena as sínteses interpretativas, funda o campo no qual se veio a escrever a história de modo realista. Caso contrário, ou se permaneceria estático e boquiaberto diante dos horrores vividos por outros indivíduos, sem conseguir agir na própria vida; ou se atiraria de modo suicida diante de toda e qualquer oportunidade de ação. Uma vez que Oliveira Martins tenha estabelecido que não existia ponto de equilíbrio entre o fortuito e o necessário, nem entre a particularidade descrita em quadros e a totalidade chamada história da civilização, sobrava-lhe tão somente uma produtiva imaginação do que “deve ser”. O atributo pedagógico que reveste a história assim escrita, exigia que se construísse um campo de sentido para as ações, no qual Portugal e os portugueses fossem capazes de “conhecer-se a si próprio”.⁴⁹ E nisso corroboramos o que Eduardo Lourenço denominou a

“autognose” levada a cabo por sua obra, ou seja, Oliveira Martins ao tomar Portugal como história promoveu o auto conhecimento, ou ainda, o reaportuguesar percebido por Eça .

Pensamos que a abordagem da realidade histórica e contemporânea por Oliveira Martins foi menos ideológica do que coisificante. Explico-me. Ao contrário de Quental, que relacionou os três fenômenos que levaram os povos ibéricos à decadência, e de Eça de Queirós, que contrastava continuamente os hábitos portugueses com a civilização parisiense, ou mesmo de Teófilo Braga, que determinou a origem racial positiva dos portugueses, Oliveira Martins construiu uma imagem de Portugal suficientemente fiel ao modo de ver e sentir português. Não existe qualquer solução especulativa ou metafórica na imagem que construiu de Portugal, nem para a sociedade industrial capitalista, e sim o reconhecimento da força crítica da decadência e do sebastianismo, assim como a “negação do liberalismo individualista como fórmula definitiva” para a sociedade moderna. A decadência da nação, o sebastianismo, o ‘gosto do real’ não têm qualquer apelo heróico, de fato, sempre foram moralmente nocivos aos portugueses. Logo, o *reaportuguesar* dependeu exclusivamente da certeza de que a realidade é história imanente, ou seja, de que cada momento participa a seu modo do complexo processo evolutivo da civilização, e que os momentos “heróicos” vêm à luz pela ação de indivíduos (povos ou homens) que fazem de seus anseios instrumentos de realização da coletividade.

Não se tratava então de ver a crise vivida pela nação nos últimos três séculos de modo melhor e mais depurado, mas sim de construí-la como algo histórico, próprio a Portugal e aos portugueses. E, por conseguinte, gerar “uma forma de organização *adequada ao seu temperamento* e originalmente *apropriada ao seu tempo*”.⁵⁰ Oliveira Martins trouxe conteúdos de passado não realizado para o preenchimento do vazio presente, a fim de sublimar o apelo messiânico em exigências de futuro, visto que não se podia determinar o que “deve ser” mas apenas levar a conhecer-se o que é. Os conteúdos de passado não realizado precisavam ter força suficiente para serem aceitos em um mundo distinto, que, embora amante da realidade, havia se estabelecido mediante o mito da salvação. Se esse povo possuía de fato um “caráter histórico”,⁵¹ poder-se-ia buscar o sentido da história nacional junto à história da civilização moderna, e disso fazer brotar o desígnio autêntico que, fonte de inspiração e ânimo para qualquer imaginação, preencheria o presente de anseios por se produzir o futuro em outros termos. O realismo histórico oitocentista que

entendemos ser parte da concepção dramática de história de Oliveira Martins, diz respeito à busca do sentido original ou genético da história nacional, na dinâmica da história da civilização moderna, para construir uma imagem de Portugal e dos portugueses que lhes servisse moralmente, ou seja, fosse útil ao auto conhecimento que os regeneraria historicamente.

¹ J. P. Oliveira Martins, “Advertência”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. 1, Lisboa: Guimarães, 1976, p. 21.

² Ibidem. pp. 24-25.

³ A. Sérgio de Sousa, “Oliveira Martins. Impressões sobre o significado político de sua obra”, in *Obras Completas. Ensaios*, tomo V, Lisboa: Sá da Costa, 1973, pp. 13-15.

⁴ E. Lourenço, “Lembrança de Oliveira Martins. História e mito”, in Ministério da Cultura/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: Instituto Biblioteca Nacional, 1995, p. 11.

⁵ Sobre a Biblioteca de Ciências Sociais cf. F. Catroga, “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”, in Torgal et al., *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*, vol. 1, A história através da história, s/l: Temas e Debates, 1998, pp. 140 a 149.

Sobre a formulação da Teoria da História Universal e sua relação com a Teoria da História de Portugal em Oliveira Martins cf. C. C. Maurício, “Oliveira Martins historiador ou o problema da dupla vida de Portugal”, *Ler História*, n. 30, 1996.

⁶ J. P. Oliveira Martins, “Teoria da História Universal”, in *Temas e questões. Antologia de textos*, pref., org. e notas de Guilherme de Oliveira Martins, Lisboa: Imprensa Nacional, 1981, pp. 65-66.

⁷ J. P. Oliveira Martins, “Introdução”, in *O Helenismo e a civilização cristã*, 2^a ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1899, pp. XVIII e XII.

⁸ J. P. Oliveira Martins, “Teoria da História Universal”, op. cit., pp. 69-70.

⁹ Citações e consideração cf. J. P. Oliveira Martins, “Teoria da História Universal”, op. cit., pp. 71 a 81.

¹⁰ Citações e consideração cf. J. P. Oliveira Martins, “Teoria da História Universal”, op. cit., pp. 69-71.

¹¹ J. P. Oliveira Martins, “Teoria da História Universal”, op. cit., p. 90. Grifo de leitura.

¹² Citações e consideração cf. R. Koselleck, “Le concept d’histoire”, in *L’expérience d’histoire*. Paris: Gallimard, s/d, pp. 18-19 e 45-46.

¹³ Citações e consideração cf. R. Koselleck, “Le concept d’histoire”, op. cit., pp. 19-20.

¹⁴ F. Catroga, “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”, op. cit., p. 146.

¹⁵ Citações e considerações cf. J. P. Oliveira Martins, “Explicações”, in *Portugal Contemporâneo*, op. cit., pp. 17 a 20. Grifos de leitura.

¹⁶ Citações e considerações cf. J. P. Oliveira Martins, “Explicações”, in *Portugal Contemporâneo*, op. cit., pp. 20 a 22.

¹⁷ Citações e considerações cf. R. Koselleck, “Le concept d’histoire”, op. cit., pp. 51-52.

¹⁸ R. G. Collingwood, *A idéia de história*, 7^a ed. Lisboa: Presença, 1989, pp. 168-169.

¹⁹ E. Auerbach, “Na mansão de la Mole”, in *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1971, p. 419.

²⁰ Citações e considerações cf. J. P. Oliveira Martins, “Advertência”, in *Portugal Contemporâneo*, op. cit., pp. 10 a 13.

²¹ Citações e considerações cf. A. J. Saraiva e O. Lopes, “Inícios da ‘Geração de 70’”, in *História da Literatura Portuguesa*, Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Publicações, 1969, pp. 835 e segs..

²² A. J. Saraiva e O. Lopes, “Inícios da ‘Geração de 70’”, op. cit., p. 836.

- ²³ Sobre a sentença de Eça de Queirós, dirigida às biografias escritas por Oliveira Martins, cf. B. Berrini, *Brasil e Portugal: a geração de 70*, Porto: Campo das Letras, 1993, p. 37; e, F. Catroga, “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”, op. cit., p. 181.
- ²⁴ Sobre o sentido da decadência e a regeneração por inspiração no quinhentismo cf. V. P. Valente, “‘Levantai hoje de novo o esplendor de Portugal’: decadência e nacionalismo” in *O poder e o povo: a revolução de 1910*, Lisboa: D. Quixote, 1974, p. 34.
- ²⁵ Sobre a mudança de valores na sociedade portuguesa oitocentista cf. J.-A. França, *O Romantismo em Portugal. Estudo de fatos socioculturais*, 3^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 7.
Sobre a passagem da influência neo-clássica à romântica cf. J.-A. França, id., p. 47 e segs.
- ²⁶ F. Catroga, “O Romantismo”, in J. Mattoso (dir), *História de Portugal*. 5^o vol.: O Liberalismo (1807-1890). s/l: Círculo de leitores, 1993, p. 546.
- ²⁷ F. Catroga, “O Romantismo”, op. cit., p. 550.
- ²⁸ A “geração nova”, nas décadas de 1860 e 1870, envolvida no *Cenáculo* e nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, reivindicava “o desempenho de um papel ativo na sociedade” à semelhança de Herculano e Garrett. F. Catroga, “Os caminhos polêmicos da ‘geração nova’”, in J. Mattoso (dir), *História de Portugal*. , op. cit., p. 570.
- ²⁹ H. Cidade, “As novas tendências da literatura. O gosto do real”, in *Lições da cultura e literatura portuguesa*, I vol. (sécs. XV, XVI e XVII), 7^a ed. Coimbra: Coimbra editora, 1984, pp. 251 a 553.
- ³⁰ Citações e considerações cf. J. P. Oliveira Martins, “O Sebastianismo”, in *Temas e Questões. Antologia de textos*, op. cit., pp. 206 a 209.
- ³¹ J. P. Oliveira Martins, “O Sebastianismo”, in *Temas e Questões. Antologia de textos*, op. cit., p. 209.
- ³² Sobre as interpretações históricas de Herculano e Garrett acolhidas por Oliveira Martins cf. E. Lourenço, “Lembrança de Oliveira Martins. História e mito”, op. cit., p. 16; e, F. Catroga, “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”, op. cit., p. 173.
- ³³ Sobre o tema do sebastianismo em Oliveira Martins cf. F. Catroga, “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”, op. cit., p. 173.
Sobre as relações que Oliveira Martins estabelece entre sebastianismo e religião cf. J. P. Oliveira Martins, “Introdução”, in *Sistema do mitos religiosos*, 3^a ed. Lisboa: A. M. Pereira, 1904, pp. VI a XVII.
- ³⁴ Citações e considerações cf. J. B. Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa*, 7^a ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.
- ³⁵ J. P. Oliveira Martins, “O Sebastianismo”, in *Temas e Questões. Antologia de textos*, op. cit., p. 208; e, “Introdução”, in *O Helenismo e a civilização cristã*, op. cit., pp. XXIV a XXVI.
- ³⁶ J. P. Oliveira Martins, “O Sebastianismo”, in *Temas e Questões. Antologia de textos*, op. cit., p. 201.
- ³⁷ J. P. Oliveira Martins, “O Sebastianismo”, in *Temas e Questões. Antologia de textos*, op. cit., p. 211.
- ³⁸ J. P. Oliveira Martins, “Causas da decadência dos povos peninsulares”, in *Temas e Questões. Antologia de textos*, op. cit., p. 168.
- ³⁹ Citações e considerações apud F. Catroga, “O Romantismo”, in J. Mattoso (dir), *História de Portugal*, op. cit., pp. 551-552.
- ⁴⁰ J. P. Oliveira Martins, “O Sebastianismo”, in *Temas e Questões. Antologia de textos*, op. cit., p. 209.
- ⁴¹ J. P. Oliveira Martins, “Causas da decadência dos povos peninsulares”, in *Temas e Questões. Antologia de textos*, op. cit., p. 159.
- ⁴² Citações e considerações cf. F. Catroga, “O Romantismo”, in J. Mattoso (dir), *História de Portugal*, op. cit., p. 551; e, J. P. Oliveira Martins, “A história nacional”, in *História de Portugal*, 16^a ed, Lisboa: Guimarães, 1972, p. 59.

⁴³ J. P. Oliveira Martins, “Causas da decadência dos povos peninsulares”, in *Temas e Questões. Antologia de textos*, op. cit., p. 157.

O verso de Luís de Camões (*Lusíadas*, III) serve de epígrafe ao I livro do *História de Portugal* de Oliveira Martins.

⁴⁴ Sobre o projeto de modernização da nação dessa geração cf. “Programa das Conferências Democráticas Estabelecidas na Sala do Casino. Largo da Abegoaria”, apud A. de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa: Guimarães, 2001, pp. 09-10.

⁴⁵ J. P. Oliveira Martins, “Advertência”, in *História de Portugal*, op. cit., pp. 10-11.

⁴⁶ E. de Queirós, “Afirmção do Realismo como nova expressão da arte”, org. Claudia Amorim, *O Marrare*, ano 2, n. 2, Rio de Janeiro: UERJ, junho de 2002, p. 73.

⁴⁷ E. de Queirós, “Afirmção do Realismo como nova expressão da arte”, op. cit., p. 73.

⁴⁸ A. de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, op. cit., p. 60.

⁴⁹ Sobre a obra de Oliveira Martins como uma autognose do povo português cf. E. Lourenço, “Lembrança de Oliveira Martins. História e mito”, op. cit., p. 12.

⁵⁰ J. P. Oliveira Martins, “Teoria da História Universal”, op. cit., p. 90.

⁵¹ J. P. Oliveira Martins, “Advertência”, in *Portugal Contemporâneo*, op. cit., p. 11.

Bibliografia

ALMEIDA GARRETT, J. B. *Frei Luís de Sousa*, 7^a ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

AUERBACH, E. *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1971.

BERRINI, B. *Brasil e Portugal: a geração de 70*. Porto: Campo das Letras, 1993.

CATROGA, F. “História e Ciências Sociais em Oliveira Martins”, in Torgal et al., *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*. vol. 1: A história através da história. s/l: Temas e Debates, 1998.

_____. “O Romantismo” e “Os caminhos polêmicos da ‘geração nova’”, in J. Mattoso (dir), *História de Portugal*. 5^o vol.: O Liberalismo (1807-1890). s/l: Círculo de leitores, 1993.

CIDADE, H. “As novas tendências da literatura. O gosto do real”, in *Lições da cultura e literatura portuguesa*. I vol. (sécs. XV, XVI e XVII). 7^a ed. Coimbra: Coimbra editora, 1984.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. 7^a ed. Lisboa: Presença, 1989.

FRANÇA, J.-A. *O Romantismo em Portugal. Estudo de fatos socioculturais*. 3^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

KOSELLECK, R. “Le concept d’histoire”, in *L’expérience d’histoire*. Paris: Gallimard, s/d.

LOURENÇO, E. “Lembrança de Oliveira Martins. História e mito”, in Ministério da Cultura/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal*. Lisboa: Instituto Biblioteca Nacional, 1995.

MAURÍCIO, C. C. “Oliveira Martins historiador ou o problema da dupla vida de Portugal”, *Ler História*, n. 30, 1996.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. *O Helenismo e a civilização cristã*. 2ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1899.

_____. *Sistema do mitos religiosos*. 3ª ed. Lisboa: A. M. Pereira, 1904.

_____. *História de Portugal*. 16ª ed, Lisboa: Guimarães, 1972

_____. *Portugal Contemporâneo*. vol. 1, Lisboa: Guimarães, 1976.

_____. “Teoria da História Universal”, “O Sebastianismo” e “Causas da decadência dos povos peninsulares”, in *Temas e questões. Antologia de textos*. Pref., org. e notas de Guilherme de Oliveira Martins. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981.

QUEIRÓS, E. de “Afirmção do Realismo como nova expressão da arte”. Org. Claudia Amorim. *O Marrare*. ano 2, n. 2, Rio de Janeiro: UERJ, junho de 2002.

QUENTAL, A. de *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Guimarães, 2001.

SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Publicações, 1969.

SÉRGIO de SOUSA, A. “Oliveira Martins. Impressões sobre o significado político de sua obra”, in *Obras Completas. Ensaios*. Tomo V. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

VALENTE, V. P. “‘Levantai hoje de novo o esplendor de Portugal’: decadência e nacionalismo”, in *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: D. Quixote, 1974.